



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40

ANTENAS DE TELECOMUNICAÇÕES COM ESTRUTURA EM TORRE OU SIMILAR

Termo de Referência para Elaboração do Estudo Ambiental Simplificado (EAS)

O Estudo Ambiental Simplificado é um estudo técnico elaborado por equipe multidisciplinar que oferece elementos para a análise da viabilidade ambiental de empreendimentos ou atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de degradação do meio ambiente. O objetivo de sua apresentação é a obtenção da Licença Ambiental Prévia.

O EAS deve abordar a interação entre elementos dos meios físico, biológico e socioeconômico, buscando a elaboração de um diagnóstico integrado da área de influência direta da atividade. Deve possibilitar a avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento ou atividade, e a definição das medidas mitigadoras, de controle ambiental e compensatórias, quando couber. Deve conter estudo geotécnico para fins de ocupação, uso do solo e urbanização para caso de áreas com possibilidade de subsidência, risco de deslizamento, de erosão, de inundação ou de qualquer suscetibilidade geotécnica.

1 Objeto de Licenciamento

Indicar a natureza e porte do empreendimento ou atividade, objeto de licenciamento.

2 Justificativa do Empreendimento

Justificar a proposição do empreendimento apresentando os objetivos ambientais e sociais do projeto, em função da demanda a ser atendida, análise de custo-benefício e sua compatibilização com os demais planos e programas governamentais, políticas e projetos setoriais previstos ou em implantação na região.

3 Caracterização do Empreendimento

Descrever o empreendimento contemplando os itens abaixo:

3.1 Localizar o empreendimento através de coordenadas geográficas ou coordenadas



planas (UTM), identificando o(s) município(s) atingido(s) e as bacias hidrográficas. Estas informações devem ser plotadas em carta topográfica oficial, original ou reprodução, mantendo as informações da base em escala mínima de 1:50.000.

3.2 Descrever as características técnicas do empreendimento: tipo de antena, estrutura de suportante, altura, potência instalada prevista (W), frequência (MHz), área útil ocupada (m²). Quando a implantação for realizada em etapas, ou quando forem previstas expansões, apresentar informações detalhadas para cada uma delas.

3.3 Descrever e apresentar as fontes de distúrbios e interferências como: interferências em sinais de rádio e tv, ruído audível, e demais interferências dos campos elétricos e magnéticos no meio ambiente.

3.4 Descrever as obras a serem realizadas para implantação do empreendimento, indicando acessos provisórios e/ou definitivos, necessidade de aterro e terraplanagem, seu volume, localização das possíveis áreas de empréstimo e bota-fora e respectiva regularidade ambiental.

3.5 Informar o destino dos resíduos sólidos e a situação da destinação proposta em relação à legislação vigente.

3.6 Apresentar estimativa do custo total do empreendimento.

3.7 Apresentar o cronograma físico-financeiro de implantação do empreendimento.

4 Diagnóstico Ambiental da Área de Influência

As informações a serem abordadas neste item devem propiciar o diagnóstico da área de influência direta (AID) e da área de intervenção do empreendimento, refletindo as condições atuais dos meios físico, biológico e socioeconômico. Devem ser inter-relacionadas, resultando num diagnóstico integrado que permita a avaliação dos prováveis impactos resultantes da implantação do empreendimento.

4.1 Delimitar, justificar e apresentar em mapa a área de influência direta (AID) do empreendimento.

4.2 Demonstrar a compatibilidade do empreendimento com a legislação incidente:



municipal, estadual e federal, em especial as áreas de interesse ambiental, mapeando as restrições à ocupação.

4.3 Apresentar em planta, em escala adequada¹, a posição preferencial da(s) estruturas de suporte e sua situação em relação aos recursos hídricos naturais e artificiais, florestas, manguezais, restingas, dunas, unidades de conservação e demais áreas de preservação permanente (APP), bem como sistema viário e edificações.

4.4 Caracterizar a área quanto à susceptibilidade dos terrenos à ocorrência de processos físicos de dinâmica superficial com base em dados pedológicos, geomorfológicos, geológicos e geotécnicos.

4.5 Caracterizar a cobertura vegetal na área de influência direta do empreendimento acompanhado de relatório fotográfico, datado.

4.6 Em caso de supressão de vegetação, caracterizar a cobertura vegetal da área total do empreendimento, com base no levantamento fitossociológico, contendo os seguintes parâmetros básicos:

- a.** Levantamento de toda a cobertura vegetal existente na área, relacionando todas as espécies vegetais nativas e exóticas (nomes populares e científicos);
- b.** Estágios sucessionais das principais formações vegetais;
- c.** Densidade das espécies predominantes, por medida de área;
- d.** Levantamento detalhado das espécies endêmicas, imunes ao corte e das ameaçadas de extinção;
- e.** Mapa da área total do empreendimento indicando a localização das principais formações vegetais e a exata localização dos espécimes endêmicas, imunes ao corte ou ameaçados de extinção;
- f.** Áreas de banhado de vegetação nativa e/ou de interesse específico para a fauna;
- g.** Relatório fotográfico da área do empreendimento, contemplando a vegetação inventariada;
- h.** Metodologia de análise utilizada na coleta dos dados em campo;
- i.** Bibliografia consultada.



4.7 Caracterizar a fauna local e sua interação com a flora, contemplando:

- a.** Relação das espécies animais (nomes populares e científicos) habitualmente encontradas na região do empreendimento;
- b.** Relação das espécies as ameaçadas de extinção, conforme lista oficial do IBAMA.
- c.** Bibliografia consultada.

4.8 Caracterizar na área de influência direta do empreendimento o município quanto às condições sociais e econômicas da população, principais atividades econômicas, serviços de infraestrutura, equipamentos urbanos, sistema viário e de transportes.

4.9 Identificar em planta, em escala adequada¹, as interferências do projeto sobre sistemas de infraestrutura.

4.10 Caracterizar uso e ocupação do solo atual na área de influência direta do empreendimento.

4.11 Apresentar levantamento das unidades de conservação que possam ser afetadas no seu interior ou zona de amortecimento, nos termos da Resolução CONAMA nº428/2010

5 Identificação dos Impactos Ambientais

Identificar, os principais impactos que poderão ocorrer em função das diversas ações previstas para a implantação e operação do empreendimento como: interferências sobre vegetação nativa, unidades de conservação, áreas de preservação permanente e demais áreas de interesse ambiental, interferência sobre a fauna associada aos ambientes naturais e antrópicos, com destaque para os corredores de fauna, perda de produção econômica, indução à ocupação, conflitos do uso do solo, ruptura do padrão de acessibilidade, interferência sobre áreas residenciais (ruído, impacto visual), valorização/desvalorização imobiliária, interferência sobre monumentos naturais, bens tombados, potenciais turísticos, entre outros.



6 Medidas Mitigadoras e Compensatórias

Apresentar as medidas que visam minimizar ou compensar os impactos adversos, ou ainda potencializar os impactos positivos, identificados no item anterior. Essas medidas devem ser apresentadas e classificadas quanto: à sua natureza - preventiva ou corretiva; à fase do empreendimento em que deverão ser adotadas - implantação e operação; ao prazo de permanência de sua aplicação - curto, médio ou longo; e à ocorrência de acidentes. Devem ser mencionados também os impactos adversos que não possam ser evitados ou mitigados. Nos casos em que a implantação da medida não couber ao empreendedor, deve ser indicada a pessoa física ou jurídica competente.

7 Programas Ambientais

Apresentar proposição de programas ambientais com vistas ao controle e/ou monitoramento dos potenciais impactos ambientais causados pelo empreendimento e da eficiência das medidas mitigadoras a serem aplicadas, considerando-se as fases de implantação, e operação, contendo no mínimo: (a) objetivo do programa; (b) fases em que se aplica.

8 Equipe Técnica

Nomes dos profissionais, CPF, Qualificação profissional, Número do registro no conselho de classe e região, Endereço e informações de contato (logradouro, nº, bairro, município, CEP, telefone, e-mail, etc...), Local e data, Assinatura do responsável técnico, Número do documento de responsabilidade técnica do respectivo conselho de classe (ART, AFT, outros) e data e expedição.

9 Bibliografia

Citar a bibliografia consultada.

